



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO

EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0170/08	DATA: 18/03/2008
INÍCIO: 11h15min	TÉRMINO: 11h45min	DURAÇÃO: 30min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 31min	PÁGINAS: 15	QUARTOS: 7

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Apreciação de requerimentos constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES

Há expressão ininteligível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos das Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal, criada com a finalidade de investigar e diagnosticar o sistema carcerário brasileiro.

Informo aos Srs. Parlamentares que esta semana não teremos diligência fora da Câmara Federal. Semana que vem teremos uma diligência nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Em Mato Grosso e Mato do Sul foram realizadas diligências na semana passada.

Item 1 da pauta.

Requerimento nº 165/2008, do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que “requer seja convocado para audiência pública o Sr. Diórgenes Adolfo Álvares Jubileu, Diretor-Geral do Centro de Detenção Provisória 2 (CDP), São Paulo”.

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, esse diretor era de uma unidade onde um preso foi liberado com alvará falso, em viatura de polícia falsa, inclusive. Nós queremos saber por que ele acabou autorizando. O preso liberado havia sido indiciado por ter sido preso com 700 quilos de cocaína.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 2 da pauta.

Requerimento nº 166/2008, do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que “requer seja convocado para audiência pública o Sr. José Aparecido Pereira dos Santos, ex-Diretor de Disciplina do Centro de Detenção Provisória 2 (CDP)”.

Em discussão o requerimento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, é o mesmo caso anterior. O anterior foi o Diretor-Geral e esse aqui é o Diretor de Disciplina, que, em tese, deve ser o responsável pela pretensão de cuidado maior, e que não teve.

Por isso propusemos a convocação também do Diretor de Disciplina.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 3 da pauta.

Requerimento nº 167/2008, da Deputada Iriny Lopes, que “solicita seja convidado para depor na CPI do Sistema Carcerário o Sr. Marcelo Tadeu Lemos, Juiz da 16ª Vara Criminal em Maceió, Alagoas”.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Item 4 da pauta.

Passo a palavra ao Deputado Domingos Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Item 4 da pauta.

Requerimento nº 168/2008, do Deputado Neucimar Fraga, que “requer, nos termos regimentais, seja requisitado ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul o que menciona (...)”.

Em discussão o requerimento.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sr. Presidente, o objetivo do requerimento... Nós estivemos, semana passada, no Mato Grosso do Sul, e o Ministério Público do Mato Grosso está fazendo uma investigação sigilosa sobre a atuação do PCC nos presídios daquele Estado. Conversamos com a representante do Ministério Público e estamos apresentando esse requerimento para solicitar cópia desse requerimento em caráter sigiloso para a nossa CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão.
(Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 169/2008, do Sr. Deputado Neucimar Fraga, que “requer, nos termos regimentais, seja requisitado às subseções da Ordem dos Advogados do Brasil nos Estados as informações que menciona (...)”.



Em discussão o Requerimento nº 169/2008.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sr. Presidente, o objetivo desse requerimento é porque, nas visitas que estamos fazendo aos Estados, estamos percebemos que muitos advogados estão recebendo os honorários dos clientes e estão abandonando os seus clientes nas prisões pelo Brasil.

Temos informações de que existem diversos processos administrativos nas Subseções das Ordens dos Advogados dos Estados, representações feitas pelos clientes contra os seus advogados. A CPI quer ter acesso aos nomes dos advogados no Brasil que estão respondendo a processos por abandonar os seus clientes após receber os honorários. Acho uma medida importante. Que nós possamos também chamar a OAB para essa discussão sobre a superlotação nos presídios brasileiros.

Então, o advogado recebe honorário, depois abandona o preso e vai embora. Temos muitos advogados de porta de cadeia que querem defender 10,15, 20, 30 clientes ao mesmo tempo e acabam recebendo um pouquinho de cada um e vão embora. Muitos presos hoje estão mofando nas cadeias por falta de assistência jurídica. A falta de assistência nos presídios é motivo de desequilíbrio também dentro do sistema. É esse o objetivo do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Em votação o Requerimento nº 169/2008.

Os Deputados que forem a favor permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 170/2008...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Ainda bem que não é 171, é 170. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) -...do Deputado Neucimar Fraga, que “requer, nos termos regimentais, sejam realizadas diligências nos Estados de Santa Catarina e São Paulo para averiguar as condições dos presídios”.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O objetivo é nós estarmos referendados pela Câmara para fazer a visita a esses 2 Estados na próxima semana e no mês de abril.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Em votação.

Os Deputados que forem a favor permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Item 7 — agora é 171 — da pauta.

Requerimento nº 171/2008, do Deputado Domingos Dutra, que “requer, nos termos regimentais, sejam realizadas diligências a instituições prisionais em que indígenas estejam encarcerados”.

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, há muito tempo que há denúncias de que há muitos indígenas em presídios estaduais.

Em Mato Grosso nós encontramos 1 no Presídio Pascoal Ramos. Ontem, nós recebemos do CIMI uma relação de índios, cerca de 170, que estão presos em alguns Estados. Acho que é algo relevante. Precisamos fazer um levantamento completo para saber as condições em que eles se encontram, a violação de direitos, a assistência jurídica.

O requerimento tem esse fundamento. Depois nos organizamos, e se a Comissão achar conveniente não ir toda a Comissão, que vá uma Subcomissão para verificar essa situação especial de índios presos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 8 da pauta.

Requerimento nº 172/2008, do Deputado Domingos Dutra, que “requer seja convidado o Promotor de Justiça, Dr. Américo Bigaton, do Município de Concórdia, Santa Catarina, para expor sobre estudos desenvolvidos por S.Exa. a respeito de alternativas para o sistema carcerário”.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, esse promotor entrou em contato comigo, mandou um resumo do seu trabalho. Segundo ele, são



várias as alternativas para melhorar a legislação em vigor, e nós achamos importante.

Aproveito para registrar que em Mato Grosso a Defensoria Pública fez um estudo com 100 presos, ainda parcial, numa delegacia com 320 presos, e constatou que, nesses 100 presos, Deputado Luiz Carlos, 13 mil dias foram excesso de prazo. Apenas em 100 presos. Segundo ele, por esse levantamento, o custo que só o Estado de Mato Grosso, com 100 presos, está tendo por excesso de prazo chega a 500 mil reais.

Vamos pegar esse estudo junto com a Assessoria também para fazer um outro demonstrativo, porque, a partir desse estudo, dá para fazermos uma projeção de quanto a Nação está pagando por excesso de prazo, por deficiência na assistência jurídica. Portanto, o trabalho desse promotor pode também nos ajudar nas proposições legislativas que a CPI deve apresentar ao final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 9 da pauta.

Requerimento nº 173/2008, do Deputado Domingos Dutra, que “requer seja convidado o Sr. Ministro dos Esportes, Dr. Orlando Silva, para participar de audiência pública, tendo em vista expor eventuais programas do Ministério voltados para a população carcerária”.

Em discussão o requerimento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, nós temos, nessas nossas andanças... As atividades de trabalho dos presos são basicamente artesanato, que não tem valor nenhum no mercado, e também confecção de bolas.

Eu estive com o Ministro dos Esportes. Lá, segundo ele, há uma série de programas tanto para a prática esportiva, que eu acho importante nesse processo de ressocialização, mas também o Ministério pode ter uma política de produção de materiais que tem um destino econômico mais eficaz. O que temos visto é que essa produção de bola nos presídios tem pouca efetividade depois que o preso sai.



Então, eu acho importante que o Ministro venha aqui. Não só que políticas o Ministério tem para a prática esportiva no interior dos estabelecimentos, mas sobretudo que tipo de materiais pode ser mais competitivo, de tal forma que os presos, uma vez cumprida a sua pena, possam ter essa atividade econômica como forma de viver.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É lógico que eu vou concordar com a proposta do nosso Relator, mas eu não entendo como o Ministro de Esportes pode ser responsável por prática desportiva nas unidades prisionais. Tem que ser uma coisa local, ou a Secretaria Municipal de Esportes ou a Secretaria Estadual de Esportes, e não envolver o Ministério de Esportes nesse programa desportivo para presos. Acho que talvez aquela outra colocação dele de atividades profissionais ligadas ao esporte, tudo bem, mas atividades esportivas acho que é uma coisa ligada à unidade local, ou à Secretaria Municipal ou à Secretaria Estadual, e não ao Ministério dos Esportes.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Deputado Arnaldo, V.Exa. tem razão. Acontece que o Governo Federal, através de vários Ministérios, tem o processo de indução, se vai ser através de convênio, se vai ser mais com os Estados, com os Municípios. Mas o certo é que o Governo Federal hoje tem uma inserção maior pelo Ministério da Justiça. O Ministério da Educação tem um núcleo que está discutindo isso, o Ministério da Saúde também já veio aqui, estão pensando um projeto para a saúde. Portanto, achamos que, a exemplo do Ministério do Trabalho, que pode também, via Secretaria de Trabalho dos Estados, facilitar a profissionalização, achamos que não só a produção de materiais que hoje eles estão produzindo, mas estimular, através de convênios, que o Governo Federal puxe isso para si, para estimular que os Municípios e os Estados possam se interessar por isso, já que os Estados têm pouca coisa nesse setor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Encerrada a discussão.

Em votação.



Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Item 10 da pauta.

Requerimento 174/2008, do Deputado Domingos Dutra, que “solicita audiência pública com o Ministro da Cultura Gilberto Passos Gil Moreira”.

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - É no mesmo sentido. O Ministério da ... Nós temos visto em algumas unidades algumas iniciativas com teatro, com música, mas algo muito incipiente, não há incentivo. Eu fui informado pela assessoria de que há alguns artistas que estão interessados em montar um projeto cultural para o sistema penitenciário. Queremos saber também se o Ministério da Cultura tem alguma política para esse setor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Encerrado o requerimento, temos a ata da 24ª reunião ordinária. Indago aos Srs. Parlamentares da necessidade da sua leitura.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Solicito a dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dispensada a leitura da ata. Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Estamos com os nossos requerimentos da pauta aprovados. Temos também a nossa ata aprovada. Indago aos Srs. Parlamentares se alguém quer fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pois não.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, tenho 2 colocações: uma é só diligências que estão incompletas. Nós fomos a Belém, naquele caso de Abaetetuba, e li na imprensa na semana passada que foram indiciadas 9 pessoas. Nós não sabemos quem foi, nós não tivemos acesso à menor, nem ao seu pai, nem aos servidores do Tribunal de Justiça, que, pelo que consta, foram constrangidos a falsificar aqueles documentos. Eu acho importante concluir as diligências.

Também estivemos em Teresina, apreendemos 3 celulares, mandamos fazer exame de corpo de delito em vários presos. Nós não sabemos o resultado desses exames. Da mesma forma em Rondônia. Portanto, é preciso concluirmos essas diligências para fechar os relatórios parciais.

E tem um outro fato: é que aonde nós temos ido às penitenciárias, nós desistimos de ouvir os presos fora das celas, para evitar a repressão e a tortura. Ouvimos na cela. Quando saímos, a repressão continua. Tenho recebido muitas ligações de Rondônia, inclusive tem 3 presos, segundo informações, feridos. Portanto, temos que dar um tratamento de tal forma que a CPI se faça respeitar, porque a tortura, infelizmente, é generalizada nos estabelecimentos. E aqueles presos que ousam relatar alguma denúncia para a Comissão, quando a Comissão se afasta, a repressão é brutal. No Estado de Mato Grosso, a militarização do presídio foi geral. Não tivemos nem muita liberdade de fazer nosso trabalho. Portanto, eu acho que nós devemos dar um tratamento, numa reunião administrativa, para esses casos em que, na ausência da Comissão, os diretores dos estabelecimentos acabam promovendo tortura. Por exemplo, eu acho que temos de voltar a Rondônia.

O outro tema que acho que temos de tratar numa sessão administrativa é sobre essas visitas. Anunciamos com semanas que vamos para um Estado, e muitas das vezes os caras fazem maquiagem. Eu acho que talvez seja melhor não dizermos para os estabelecimentos para onde nós vamos. Não há risco nenhum à Comissão e que possamos chegar e escolher no Estado os lugares visitados, para evitar de haver ou constrangimentos, ou militarização do presídio, ou maquiagem, porque senão... Nós não estamos querendo indiciar ninguém, mas também não tem sentido nos levar para os locais onde aparentemente está tudo certo, ou que seja



feito maquiagem. Quero sugerir que possamos fazer uma reunião administrativa para tratar melhor desses casos. E destacamos casos de torturas. Nós já vimos muitos presos com ferimentos, com costelas quebradas e depois que saímos a repressão continua, a tortura continua.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Informo ao Deputado Relator, Deputado Domingos Dutra, sobre o Pará. Nós temos requerimento já aprovado para convocar o desembargador e os funcionários do Tribunal de Justiça. E essa audiência poderá ser concluída aqui, trazendo-os aqui para prestarem depoimento. No Estado do Piauí a perícia já foi realizada tanto nos celulares quanto também acho que o resultado dos legistas a respeito dos presos. Os materiais já foram enviados a esta Comissão. Nós vamos inclusive ter acesso a eles hoje, porque eles estão lacrados...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, acho que seria de bom alvitre que a Comissão se fizesse acompanhar de um fotógrafo oficial, para quando acontecesse casos como esse que o Deputado Domingos Dutra falou nós pudéssemos ter a foto, porque lamentavelmente o laudo será um laudo inconclusivo, ou não nos será enviado. E se tivermos um fotógrafo oficial acompanhando a Comissão, manda fotografar aquele preso que está com sevícia, está com machucado ou qualquer coisa, para não ficar na palavra apenas de nós outros que estivemos lá. Documentar isso daí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós já solicitamos um fotógrafo da Câmara e ele já está nos acompanhando nas últimas diligências. E todos esses casos que foram relatados aqui pelo Deputado Domingos Dutra foram devidamente fotografados e filmados pela Comissão. Então, todas essas fotos já estão no arquivo da CPI. A perícia no celular do Piauí, só para informar aos Srs. Parlamentares, é que na visita realizada à penitenciária do Piauí, pela parte da manhã, visitamos algumas unidades prisionais e uma cela estava vazia. Estranhamos o fato de uma cela estar vazia em meio às demais, que estavam cheias. À tarde, tomamos depoimentos aleatórios de alguns presos, e todos eles foram unânimes em fazer denúncias de violência dentro dos presídios, de tortura e nos informaram que aqueles presos da cela que estava vazia eram presos que haviam sido torturados uma semana antes, estavam machucados e foram retirados



das celas para não serem vistos pela CPI. E, naquela noite mesmo, no final dos depoimentos, encaminhamos aqueles 7 presos para fazerem exame de corpo de delito no DML. Solicitamos o apoio da Polícia Federal e voltamos ao presídio às 10h da noite, com a Polícia Federal e acompanhado do Secretário de Justiça do Estado. Recebemos a informação, naquela época, de que a tortura contra esses presos havia sido filmada pelos agentes penitenciários com aparelho celular. Estivemos no presídio, identificamos os agentes, determinamos a prisão pela Polícia Federal dos aparelhos celulares, encaminhamos os aparelhos celulares para a perícia feita pela Polícia Federal. Encaminhamos, fomos à unidade à noite, a cela agora estava com os 10 presos que foram retirados de manhã. Retiramos eles das celas, filmamos, fotografamos e encaminhamos todos os presos para o departamento, para fazer também um exame de corpo de delito.

Então, os resultados do corpo de delito e da perícia dos celulares foram encaminhados para a Comissão. A informação que eu tenho da Secretaria é que já estão em poder da Comissão. Só ainda não foram abertos, Sr. Relator. Ainda vão ser abertos para que possamos ter acesso aos resultados.

A CPI tem trabalhado nos Estados. Muito embora a agenda do Congresso esteja voltada para cartão corporativo, a CPI tem trabalhado nos Estados, tem recebido apoio da imprensa nos Estados, estamos acompanhando. Em 1 ou 2 Estados não foi possível a imprensa entrar no presídio, mas mesmo assim solicitamos à *TV Câmara* e à *TV Assembléia* que nos acompanhassem. Todas as imagens das visitas e dos presos, das condições, estão à disposição da CPI fotografias e imagens de vídeo e depoimentos dos presos. Nós temos hoje arquivo muito grande a respeito do sistema prisional brasileiro. E eu queria, Sr. Relator, atendendo à solicitação, convocar reunião para hoje, às 16h, uma reunião administrativa da CPI, dos Parlamentares, para que possamos fazer um cronograma das próximas visitas, das próximas ações da CPI, dos próximos debates, da realização de seminários. Às 15h está bom? A Ordem do Dia começa às 16h, e acho que às 15h...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Às 15h30min está bom. Atrasa um pouquinho.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Às 15h30min, reunião administrativa dos membros da Comissão, para fazermos os preparativos das próximas diligências e também termos acesso a algumas informações que já estão chegando para nossa Comissão. Na semana passada, estivemos no Estado de Mato Grosso do Sul e em Mato Grosso. Ficamos preocupados com a situação de Mato Grosso do Sul, primeiro porque é um Estado que tem uma população carcerária muito grande. Para cada grupo de mil habitantes, há cerca de 5 presos. A média, no Brasil, é de 1 por mil; lá são 5 por mil. E há uma população carcerária de 11 mil presos para uma população de 2 milhões de habitantes. Então, é uma das mais altas do Brasil.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E 7.500 mandados de prisão na rua.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Para serem executados. É um Estado que tem problema muito grande com o 33 e com o 12, com o tráfico de drogas, porque está na fronteira com Paraguai e Mato Grosso, corredor de drogas e de armas para o Brasil. A maioria dos presos ali responde por esses crimes. E a infra-estrutura do Governo Estadual — Estado novo, um dos mais novos da Federação, Mato Grosso do Sul — para atender essa população carcerária tem de ser muito grande, e o Governo Federal precisa investir.

Fomos surpreendidos, Deputado Arnaldo Faria de Sá, numa visita a uma colônia penal de Mato Grosso do Sul. Depois de muita insistência fomos lá visitar, queríamos ir, o Secretário tentava nos levar para outro presídio melhor. Nós queremos ver problema, não queremos ver coisa boa só, não. Chegamos lá, e, numa área de 37 hectares do presídio, todos os presos estavam soltos, todos. Não tem cerca. O limite é o asfalto. Já sai da porta e se quiser ir para a rua, vai. A capacidade é para 80, tinha 680. À noite, ou durante o dia, quando chove, os presos não têm onde ficar. Então, no meio do mato, há várias barracas. Até parece acampamento dos sem-terra lá. Várias barracas feitas pelos presos, com plástico preto, com papelão, fogãozinho de lenha, eles mesmos cozinham, várias barracas. Tem lá cerca de 80 presos que dormem num chiqueiro com os porcos, numa pocilga que tem lá muito grande. E nós temos fotos, temos documentários disso.



Ou seja, é só para que a CPI saiba a situação dos nossos presídios. Realmente, nós estamos convivendo com cenas que têm chocado nossa CPI. Temos algumas experiências boas, muito poucas, em alguns Estados, como o presídio feminino de Mato Grosso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, só um aparte. É bom dizer que os porcos são dos agentes penitenciários, uma boa parte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Também. A situação realmente é muito difícil. Então, é importante que os Parlamentares possam estar atentos aos trabalhos desta Comissão. Temos muitas propostas que estamos discutindo. Temos muitas experiências boas, mas as ruins estão se sobressaindo nas visitas que a CPI tem feito aos Estados. É um problema que estamos levantando nos Estados, em toda audiência, em toda diligência, concluindo após as visitas com audiência pública com representantes de execuções penais, Ministério Público, Defensoria Pública, OAB, Governo do Estado, Secretarias de Justiça, pastoral carcerária, agentes penitenciários.

Inclusive uma das cobranças dos agentes no País tem sido pela aprovação daquela PEC de que V.Exa. foi Relator, Deputado Arnaldo, a PEC dos agentes penitenciários, que precisa ser votada em plenário ainda. Que nós possamos também fazer algumas ações para...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu acho que nosso Relator poderia incluir isso no parecer dele, a PEC dos agentes, que está pronta para ser votada. Se o Relator colocar no parecer, acaba forçando, até mesmo um ofício da nossa Comissão ao Presidente da Câmara, porque realmente é (*ininteligível*) de todos eles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, abrimos a palavra e a franqueamos para quem dela quiser fazer uso. Senão, vamos encerrar...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Busato e depois o Relator.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Só para complementar, Sr. Presidente, temos presente aqui conosco a Associação dos Professores do Estado



de São Paulo, que nos visita. É aquele pessoal todo lá atrás, de camisa branca. Cumprimento-os e saúdo-os pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sejam bem-vindos!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, primeiro, também quero registrar a presença do Vereador Souza, de Carolinas, no Estado do Maranhão, município turístico. Deputado Arnaldo Faria de Sá, Deputado Xerez, Quando V.Exas. quiserem gastar um pouco dos reais, porque o dólar está muito desvalorizado, vão ao Maranhão, Estado carente, que precisa do apoio dos Estados ricos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agora V.Exas. querem o real. Quando o dólar estava em alta, só queriam turistas estrangeiros.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Exatamente.

Quero ainda fazer 2 observações. Uma é também sobre a diligência de Minas Gerais, onde precisamos terminar aquela diligência. Ficou mal esclarecida a morte daqueles 8 presos em Rio Piracicaba. Eu sei que já chegaram os documentos sobre Ponte Nova, onde 26 presos, 25 presos morreram. E precisamos também fechar Minas Gerais, se a gente tem que voltar lá, se tem que ouvir outras pessoas. Inclusive domingo me ligaram de lá. Teve uma rebelião na região metropolitana. Falei com o Secretário Maurício Campos, que me deu informe parcial e ficou de completar, não sei se me alcançou, não sei o resultado de uma rebelião numa cadeia pública. Portanto, peço à Assessoria também feche quais são as diligências complementares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu também quero pedir a todos os Deputados que aqui estão que nos mandem sugestões legislativas. Deputado Arnaldo Faria de Sá, a Assessoria já levantou todos os projetos em tramitação aqui. Eu já selecionei aqueles que considero que temos que reforçar, a exemplo da PEC. De tal forma que, no parecer, vamos reforçar aqueles para os quais vamos pedir tramitação urgentíssima. E queremos apresentar novas iniciativas legislativas. Então, quem tiver idéias que a gente possa mandar para a Consultoria... Não havendo nenhum projeto tramitando, nós vamos já preparando, de tal forma que no



parecer final apresentemos os anteprojetos. Então, pedimos sugestões. Há várias idéias, algumas polêmicas, outras nem tanto.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Eu estou pegando assinatura para uma PEC, Deputado Domingos, sobre estudantes que fazem faculdade gratuita, custeada pela União, depois que se formarem terem de prestar um ano de serviço para a Nação, inclusive nos presídios.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sem querer inibir a iniciativa de nenhum Deputado, seria muito bom que, no final, essas idéias formassem um fecho do parecer, porque a CPI terá um ganho muito grande. Ela começou sem muita credibilidade e foi crescendo com as tragédias que foram surgindo, e acho que hoje a CPI está na agenda, o tema está na agenda do País. Que pudéssemos fechar essas iniciativas no relatório final. Já tenho mais ou menos algumas idéias. Se anteciparmos, caminharíamos para a Consultoria para preparar o anteprojeto, tanto de lei ordinária, quanto de mudança no Regimento Interno da Casa, mudança nas Comissões de Direitos Humanos e Segurança Pública, e até mesmo a PEC do Deputado Luiz Carlos Busato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quero encerrar falando aos companheiros de um dos absurdos encontrados nos presídios brasileiros. Em Mato Grosso do Sul, num presídio de segurança máxima do Estado — para nós não passa de mínima —, no auditório do presídio nós nos deparamos com um letreiro grande, feito de papel brilhoso: *“Nós, da família PCC e PCMS, de Mato Grosso do Sul, desejamos a todos um feliz Natal e um feliz ano-novo”*. Está lá até hoje, até hoje. Perguntei aos agentes: *“Por que esse letreiro está aqui?”* *“Porque o PCC não deixa tirar.”* Está lá. Tiramos fotos, levamos para audiência pública e mostramos para o Secretário de Segurança e de Justiça do Estado. *“Secretário, olhe a frase.”* *“Eu não sabia disso.”* Não deve visitar o presídio, porque está lá escrito desde dezembro, bem grande: *“Nós, da família PCC, desejamos a todos um feliz Natal e um feliz ano-novo”*.

Nós já estamos em março, e até hoje ainda não foi retirado. Os agentes disseram: *“Nós não podemos tirar. Já tivemos vontade e somos repreendidos pela Direção, que diz que o PCC não gosta que tire, que mexa nas coisas deles”*. É só



para ter uma idéia de como está a situação dos presídios brasileiros. Isso justifica cada vez mais nosso trabalho e o desta Comissão.

Agradecemos a todos a presença. Um abraço a todos.

Declaramos encerrada a reunião.